



Ferbasa

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2011



**51 anos de
desenvolvimento
e cidadania.**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Senhores (as) Acionistas:

A Administração da Ferbasa tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em consonância com a legislação em vigor, adicionalmente ao relatório e pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Sem dúvida, 2011 foi um ano memorável, marcado pelas comemorações do nosso Cinquentenário, que reuniu acionistas, clientes, fornecedores, membros do governo, e colaboradores em todos os eventos. As festividades se iniciaram com a realização do Ferbasa's Day, onde foram apresentados resultados e perspectivas da Organização. A importância da metalurgia e da mineração em toda a trajetória da Companhia motivou a promoção de um simpósio em prol do desenvolvimento dessas áreas, sob os enfoques técnico e econômico no atual cenário brasileiro. O ápice das celebrações foi simbolizado pela homenagem prestada ao fundador, José Corgosinho de Carvalho Filho, agraciado com a mais alta comenda do Estado, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Bahia e ao Brasil.

Apesar dos grandes acontecimentos do Cinquentenário, 2011 foi mais um ano de muitos desafios, haja vista as significativas transformações que afetam o mundo, sobretudo após a crise econômica de 2008. Entre as dificuldades que a Ferbasa teve de enfrentar, cabe destacar a excessiva valorização do real e os problemas na zona do euro, região que tem peso relevante nas exportações da Companhia. Em contrapartida, outros fatores não chegaram a eliminar, mas minimizaram esses efeitos, como a intensificação das pressões ambientais na China e os problemas no suprimento de energia elétrica na África do Sul, países que são referências para a precificação dos nossos produtos. Todavia, mesmo diante desse cenário sombrio, a produção mundial de aço bateu novo recorde e a indústria siderúrgica nacional soube resistir à forte concorrência do aço importado.

Alinhados com o Planejamento Estratégico da Companhia, o cenário retratado não nos assusta, assim como reafirmamos o nosso otimismo e a determinação de empenhar os melhores esforços, em busca da excelência empresarial. São provas disso os projetos que se destacaram em 2011:

- iniciamos o ano aderindo ao Nível 1 de Governança Corporativa;
- trabalhamos intensivamente nos projetos de otimização de custos, na mineração, metalurgia e na área de recursos florestais, sob a orientação da Fundação Dom Cabral;
- anunciamos a ampliação da produção de ferrossilício e, ainda em 2011, demos início à construção do forno 14;
- reforçamos o nosso trabalho de desenvolvimento das lideranças, através do início da 3ª turma orientada pela Lodi Consultoria;
- intensificamos a pesquisa mineral visando ampliar a nossa reserva de minério de cromo, já com resultados exuberantes;
- concluímos a instalação dos filtros de mangas dos fornos 06 e 08, da Fábrica de Cromo;
- finalizamos o ano com o processo de construção dos modernos fornos de carvoejamento em ritmo acelerado;
- buscamos aprimorar as nossas práticas de gestão, através da reestruturação da área corporativa, dedicada ao controle das unidades e à reflexão estratégica da Companhia.

Igualmente, o avanço do processo de gestão é evidenciado pelo inegável engajamento dos colaboradores, do corpo diretivo e do Conselho de Administração objetivando o crescimento da FERBASA, de forma inteiramente ética, fundamentado em seus princípios de integridade, transparência, que valorizam seu papel de empresa cidadã, norteada pelos ideais humanitários do Fundador.

Enfim, os constantes processos de transformações, melhorias e investimentos efetuados ao longo dos nossos 51 anos de atividade reforçam a segurança no sentido de estarmos preparados para os futuros desafios.

1. PERFIL CORPORATIVO

Líder em seu segmento, a FERBASA é a maior fabricante de ferrocoque no Brasil e a única produtora integrada das Américas, exercendo as atividades de metalurgia, mineração e produção florestal.

Os principais produtos fabricados são as ligas de ferrocoque alto carbono (FeCrAC), ferrocoque baixo carbono (FeCrBC), ferrossilício cromo (FeSiCr) e ferrossilício (FeSi).

Desde a sua fundação, a Ferbasa exerce forte influência nos locais onde está instalada, sendo, em grande parte, responsável pelo impulso do desenvolvimento dessas regiões.

A Ferbasa possui uma unidade industrial localizada no município de Pojuca - Bahia, dois complexos mineiros, conhecidos como Vale do Jacuri, este formado por 15 minas que abrangem os municípios de Queimadas, Cansanção, Andorinha, Monte Santo e Uauá e o complexo de Campo Formoso, composto por nove minas, essas situadas ao longo da borda norte da Serra da Jacobina, também na Bahia.

Quanto às suas atividades florestais, a Companhia dispõe de uma área total de 62.079 ha, distribuídas em nove municípios baianos, dentre esses, Esplanada, Conde, Mata de São João, Entre Rios, Maracás e Planaltino. A reserva legal totaliza 19.766 ha, equivalentes a 35% da área total, sendo, portanto, muito superior aos 20% estabelecidos pela legislação vigente.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

2.1 - Produção (toneladas)

Atravessamos 2011 enfrentando a redução da demanda mundial provocada pela crise na zona do euro. Internamente, verificou-se um significativo volume de importação de aço inoxidável. Com isso, a nossa produção de ligas totalizou 236.171 toneladas, refletindo uma redução de 11%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, que registrou um volume de produção de 265.343 toneladas. Um dos principais produtos afetados por esse cenário, o ferrocoque alto carbono, encerrou o ano com uma redução de 18%.

Produtos	PRODUÇÃO (t)		
	2011	2010	Δ %
Ferrocoque alto carbono	116.366	141.963	-18,0%
Ferrocoque baixo carbono	17.119	18.353	-6,7%
Ferrossilício Cromo	11.638	13.116	-11,3%
Ferrossilício 75	91.048	91.911	-0,9%
Total	236.171	265.343	-11,0%

2.2 - Vendas (toneladas)

No ano de 2011, as vendas totalizaram 216.978 toneladas de ligas, contra as 230.046 toneladas vendidas no mesmo período do ano anterior, registrando-se um decréscimo de 5,7%. No acumulado, destacamos o leve crescimento de 1,8% das vendas do ferrossilício no mercado interno. Já no mercado externo, o crescimento mais relevante se deu no FeCrBC, com 3.069 toneladas acima do previsto.

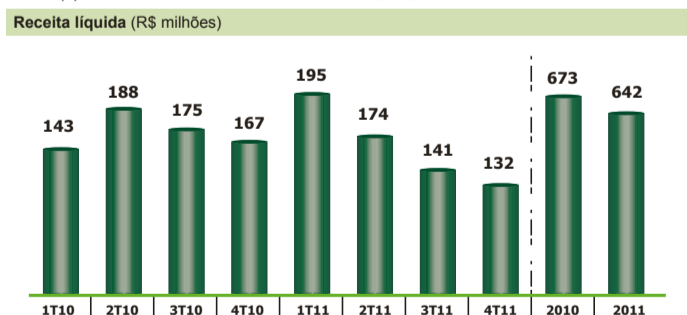
(em toneladas)	QUANTIDADE REGISTRADA NA RECEITA LÍQUIDA		
	2011	2010	Δ %
Mercado interno			
Ferrocoque alto carbono	106.501	116.183	-8,3%
Ferrocoque baixo carbono	13.158	14.099	-6,7%
Ferrossilício 75	38.353	37.671	1,8%
Ferrossilício Cromo	616	207	197,6%
Total MI	158.628	168.160	-5,7%
Mercado externo			
Ferrocoque alto carbono	6.812	7.412	-8,1%
Ferrocoque baixo carbono	5.067	1.998	153,6%
Ferrossilício 75	46.471	52.476	-11,4%
Total ME	58.350	61.886	-5,7%
TOTAL (MI + ME)	216.978	230.046	-5,7%

A receita líquida de 2011 totalizou R\$ 642.454 mil, o que representa um decréscimo de 4,6% em comparação ao mesmo período de 2010. Entretanto, o mercado externo se destacou com uma receita líquida de R\$ 180.705 mil, superando em 8,3% os R\$ 166.864 mil registrados em 2010.

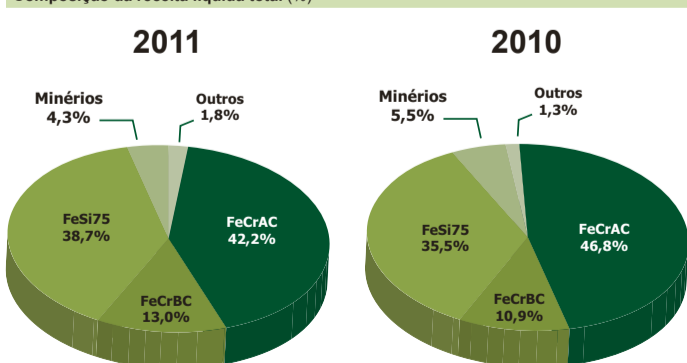
As tabelas e os gráficos a seguir demonstram a receita líquida detalhada por produtos e mercados:

(em Reais mil)	RECEITA LÍQUIDA		
	2011	2010	Δ %
Mercado interno			
Ferrocoque alto carbono	256.774	298.649	-14,0%
Ferrocoque baixo carbono	61.553	65.354	-5,8%
Ferrossilício 75	104.756	97.149	7,8%
Minérios (1)	27.411	36.569	-25,0%
Outros (2)	11.255	8.593	31,0%
Total MI	461.749	506.314	-8,8%
Mercado externo			
Ferrocoque alto carbono	14.325	16.586	-13,6%
Ferrocoque baixo carbono	22.219	8.099	174,3%
Ferrossilício 75	143.865	141.852	1,4%
Minérios (1)	296	327	-9,5%
Total ME	180.705	166.864	8,3%
TOTAL (MI+ME)	642.454	673.178	-4,6%

Notas: (1) receita de minérios inclui: lump, concentrado e areia de cromita.
(2) receita de outros inclui: Ferrossilício cromo, cal, calcário e outros.



Composição da receita líquida total (%)



2.4 - Custo dos produtos vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) passou de 74,1% sobre a receita líquida do exercício de 2010, para 81,2%, em 2011.

Produtos	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		
	2011	2010	Δ %
Ferrocoque alto carbono	229.698	229.120	0,3%
Ferrocoque baixo carbono	70.471	53.266	32,3%
Ferrossilício 75	194.674	196.796	-1,1%
Minérios	17.235	20.155	-14,5%
Outros (efeitos CPCs)	9.705	(666)	1.557,2%
Total Geral	521.783	498.671	4,6%
% Receita líquida	81,2%	74,1%	

2.5 - Resultado bruto e margens

O resultado bruto alcançado em 2011 foi de R\$ 134.311 mil, registrando uma queda de 30,3% em relação ao mesmo período de 2010. A margem bruta atingiu 20,9%, superada pelos 28,6% conseguidos no ano anterior.

A princípio, essa queda pode ser justificada pela desaceleração da economia mundial, principalmente na zona do euro, em função da redução do preço de referência do ferrocoque, da queda do volume de vendas no mercado interno e de desvalorização do dólar frente ao real. Embora tenhamos promovido várias ações voltadas à melhoria dos coeficientes técnicos, com impacto direto na otimização de custos, os resultados não foram suficientes para superar o efeito provocado pela diminuição dos preços. Além dos fatores já elencados, destacamos, também, a elevação do custo de itens como energia elétrica, reajustada em 10%, e o índice de 9% aplicado sobre a folha de pagamento, em cumprimento à convenção coletiva.

2.6 - Indicadores econômicos

(em R\$ mil)	INDICADORES ECONÔMICOS		
	2011	2010	Δ %
Receita operacional bruta	790.911	828.212	-4,5%
Mercado interno	608.755	657.376	-7,4%
Mercado externo	182.156	170.836	6,6%
Lucro bruto	134.311	192.827	-30,3%
Lucro líquido	90.619	133.729	-32,2%
% ROL	14,1%	19,9%	
EBITDA	103.570	156.920	-34,0%
% ROL	16,1%	23,3%	
Lucro por ação	1,03	1,51	-32,2%

2.7 - Indicadores financeiros

A Ferbasa manteve sua estrutura de financiamento constituída, predominantemente, por recursos próprios. Da mesma forma, seu nível de endividamento permaneceu muito baixo, com uma excelente liquidez. Cumpre salientar que, mesmo sem considerar o valor dos estoques, a Ferbasa apresenta R\$ 3,70 em direitos, para cada R\$ 1,00 em obrigações de curto prazo.

INDICADORES FINANCEIROS

	2011	2010	Δ%
Endividamento	% 15,5	% 15,2	2,0%
Imobilização Capital	% 55,6	% 49,4	12,6%
Rentabilidade do Ativo	% 7,2	% 11,3	-36,3%
Rentabilidade do PL	% 8,3	% 13,0	-36,2%
Liquidez Corrente	5,9	6,1	-1,7%
Liquidez Seca	3,7	4,1	9,8%
Ciclo Estoque	dias 100	108	-7,4%
Ciclo Clientes	dias 45	45	
Ciclo Fornecedoros	dias 15	22	-31,8%

2.8 - Despesas operacionais

Despesas com vendas
As despesas com vendas totalizaram em 2011 o valor de R\$ 11.813 mil, superando, comparativamente, os R\$ 10.021 mil de 2010 e os percentuais sobre a receita líquida corresponderam, respectivamente, a 1,8% e 1,5% nesses anos. O aumento das despesas esteve relacionado ao significativo volume de vendas para o mercado externo, juntamente com despesas adicionais obrigatórias vinculadas a embalagens e contêineres utilizados nas operações de exportação, principalmente para a Europa.

Despesas administrativas e honorários

As despesas administrativas de 2011, incluindo os honorários da administração, totalizaram R\$ 41.990 mil, contra R\$ 34.179 mil de 2010. O aumento dessas despesas esteve associado, sobretudo, à ampliação do quadro da Diretoria Executiva, que passou a contar com oito membros; ao reajuste da folha de pagamento atrelado à convenção coletiva; ao aumento dos valores relacionados às publicações dos balanços (IFRS) e às contratações de consultorias para orientação ou desenvolvimento de estudos envolvendo diversos projetos, especialmente os ligados à área tributária, mineração e ao Planejamento Estratégico.

2.9 - Resultado financeiro líquido

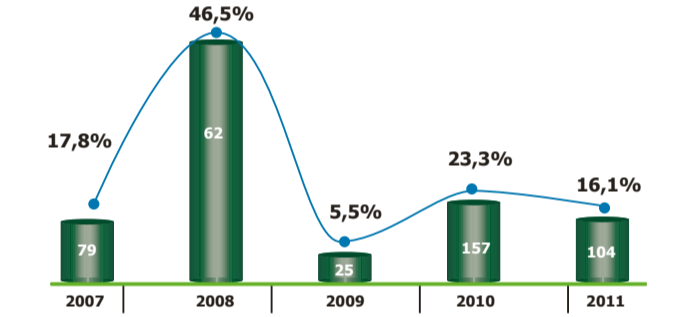
Em 2011, o resultado financeiro obtido dos rendimentos das aplicações financeiras, juros, variações monetárias e cambiais alcançou o patamar de R\$ 42.102 mil, superando com boa margem o total de R\$ 32.342 mil, realizado em 2010.

2.10 - EBITDA

A geração de caixa medida pelo EBITDA, no ano de 2011, foi de R\$ 103.570 mil, contra R\$ 156.920 mil de 2010, aí registrado um decréscimo de 34%, conforme demonstrado abaixo:

(em R\$ mil)	EBITDA		
	2011	2010	Δ%
Lucro líquido	90.619	133.729	-32,2%
Provisão IFR/CS	16.608	26.432	-37,2%
Resultado financeiro líquido	(42.102)	(32.342)	30,2%
Depreciação/exaustão	41.632	32.103	29,7%
Equivalência patrimonial	(3.187)	(3.002)	6,2%
EBITDA	103.570	156.920	-34,0%
% s/ receita líquida	16,1%	23,3%	

2.10.1 - Margem EBITDA



2.11 - Lucro líquido (R\$ mil)

O lucro líquido acumulado em 2011 foi de R\$ 90.619 mil, com margem de 14,1% sobre a receita líquida, contra R\$ 133.729 mil e margem de 19,9%, no mesmo período de 2010.

2.12 - Destinação do Lucro

Contabilizamos o valor de R\$ 21.763 mil em 2011, a título de JSCP, sob a forma de adiantamento de dividendos, a serem pagos em março de 2012. Enfatizamos que a Companhia vem adotando como política a compensação do IRRF incidente sobre o JSCP, com o objetivo de garantir aos acionistas não isentos o pagamento mínimo de 25% de dividendos líquidos.

Do lucro líquido apurado no exercício de 2011, a diretoria executiva sugere à Assembleia Geral de Acionistas, a destinação de 30% para o pagamento de dividendos e/ou JSCP, com base nas seguintes premissas:

- juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 21.763 mil, conforme deliberação do Conselho de Administração ocorrida em 23 de novembro de 2011, com pagamento aprovado para 16 de março de 2012 (ações ordinárias: R\$ 0,231107249 por ação; ações preferenciais: R\$ 0,254217974 por ação);
- proposta de distribuição de dividendos, líquido da antecipação intermediária, feita na forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 1.233 mil, sendo R\$ 385 mil para ações ordinárias (R\$ 0,013094 por ação) e R\$ 848 mil para ações preferenciais (R\$ 0,014404 por ação).

2.13 - Dívida financeira

O endividamento financeiro no exercício de 2011 é relativo, exclusivamente, às antecipações de contratos de câmbio (ACC) realizadas no final do mês de setembro, período em que houve significativos aumentos do dólar. O saldo remanescente em 31/12/2011 foi de R\$ 13.906 mil.

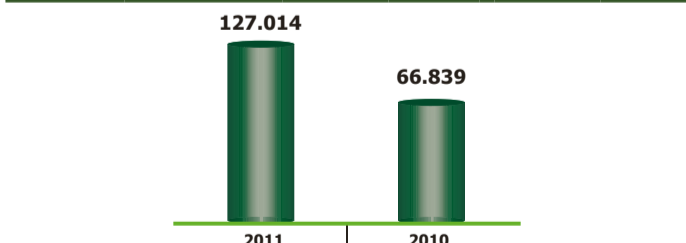
3. GERAÇÃO DE CAIXA (CONTROLADORA)

Em 2011, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais geraram recursos na ordem de R\$ 89.621 mil, enquanto os gastos com as atividades de investimentos consumiram R\$ 108.935 mil, utilizados na aquisição de equipamentos, manutenção do imobilizado e aplicações financeiras. O caixa líquido aplicado nas atividades financeiras somou R\$ 15.864 mil. O saldo inicial de caixa e equivalente de caixa, que era de R\$ 228.895 mil em dezembro de 2010, foi de R\$ 193.717 mil em dezembro de 2011.

4. INVESTIMENTO NO IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ATIVO BIOLÓGICO

A Companhia investiu o montante de R\$ 127.014 mil no decorrer de 2011, ante uma depreciação e exaustão de R\$ 41.632 mil, assim distribuídos:

Investimentos	2011		2010	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Indústria				
Metalurgia	18.953	14,9%	12.295	18,4%
M. Ambiente	15.272	12,0%	15.725	23,5%
Mineração	35.260	27,8%	19.490	29,2%
Silvicultura/carvoejamento	49.996	39,4%	16.072	24,0%
Corporativo	7.533	5,9%	3.257	4,9%
	127.014	100,0%	66.839	100,0%



5. MERCADO DE CAPITAIS

a. Desempenho das ações Ferbasa na BM&FBOVESPA

Os detalhes do desempenho das ações da Ferbasa no mercado de capitais são apresentados a seguir.

	DESEMPENHO AÇÕES FERBASA		
	2011	2010	Δ%
Ações negociadas (mil)	39.265	30.968	26,8
Valor transacionado (R\$ mil)	1	271.227	390.816
Valor de mercado (R\$ mil)	2	725	1.187
Ações existentes (mil)	3	88.320	88.320
Valor patrimonial por ação (R\$)	4	12,42	11,62
Cotação (R\$/pl. ação preferencial)	5	8,21	13,44

- Notas:
- total de ações negociadas;
 - cotação da última transação de 2011/acumulado da ação escritural, multiplicado pelo total das ações (ON+PN) existente no mesmo período;
 - deste total, 40 mil ações ordinárias se encontram em tesouraria no final de 2011;
 - cotação média das transações de 2011 = R\$ 11,33 e 2010 = R\$ 12,28;
 - cotação das ações PE no último pregão do período.

b. Composição acionária

	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/12/2011					
	ACIONISTAS	ON	%	PN	TOTAL	%
Fundação José Carvalho	29.078.696	98,8	15.378.200	26,1	44.456.896	50,3
VBI Administração de Recursos Ltda.	-	-	6.307.100	10,7	6.307.100	7,1
Norges Bank	-	-	4.410.000	7,5	4.410.000	5,0
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA	100	0,0	4.135.000	7,0	4.135.100	4,7
Ações em tesouraria	40.000	0,1	-	0,0	40.000	0,0
Outros	321.204	1,1	28.649.700	48,7	28.970.904	32,8
	29.440.000	100,0	68.880.000	100,0	88.320.000	100,0

>>> Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

10. PERSPECTIVAS PARA 2012

As perspectivas de crescimento para 2012 são positivas, não obstante a provável continuidade do cenário turbulento na zona do euro e o baixo crescimento econômico dos países desenvolvidos. Na realidade, devemos contar com a retomada do crescimento da economia brasileira, calcada em medidas que deverão ser tomadas pelo governo, que anunciava, próximo do final de 2011, a necessidade de estimular os investimentos e afrouxar um pouco as amarras impostas pelas políticas macroprudenciais adotadas no último trimestre de 2010 e início de 2011.

A previsão do Ministério da Fazenda, que espera, para 2012, um crescimento do PIB brasileiro ao redor de 4,5%, segundo avaliação dos analistas, poderá se concretizar, pois as condições externas contribuem, inclusive, para a diminuição do risco inflacionário. E justamente por isso que se poderá contar com a revisão das políticas que frearam, em 2011, o desempenho da economia e com a implementação de outras que incentivem o crescimento.

Mas, apesar do cenário de crescimento da maioria dos países desenvolvidos não ser muito favorável, merece registro uma relativa melhora na economia norte-americana, evidenciada pelos sinais positivos dos indicadores de atividade nos últimos meses. A despeito da paralisação no âmbito fiscal, fruto do ambiente político interno de ano eleitoral, a política do FED tem surtido alguns efeitos, ainda que não suficientes para reverter como se esperava o quadro de elevado desemprego e de fraca recuperação do consumo interno.

O desempenho da economia chinesa continua sendo de enorme importância para o Brasil, tendo em vista suas repercussões no mercado de "commodities". Para este ano, espera-se um crescimento do PIB chinês da ordem de 7,5%, suficiente para evitar uma queda sensível dos preços dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

No setor siderúrgico brasileiro, 2011 foi mais um ano em que o país não superou a crise iniciada em 2008.

Com efeito, dados divulgados pelo Instituto Aço Brasil (IAB), no final de 2011, demonstram a continuidade desse cenário, marcado principalmente pelos efeitos da concorrência dos produtos importados em toda a cadeia produtiva do aço. O ritmo dos investimentos previstos pelas companhias siderúrgicas nesta década traduz bem as expectativas pouco animadoras em relação à possibilidade de voltarem a atender, na quase totalidade, o mercado nacional, assim como, de maneira crescente, o mercado internacional.

De acordo com o IAB, no cenário que classifica como de incertezas, os investimentos estão sendo revisados em termos de prazos de implementação. Isso significa que, apesar do setor ter uma previsão de investimentos superior a US\$ 5 bilhões por ano, o efetivo início da implantação de novos projetos deverá levar em conta as condições competitivas do mercado brasileiro. Tem-se que esse montante fique abaixo da média correspondente ao período pós-privatização, em que foram investidos US\$ 34,1 bilhões (1994 a 2010). Seria, portanto, uma média muito abaixo do necessário para poder competir com fornecedores, por exemplo, da China.

Em vista do exposto, é difícil fazer uma previsão de qual será, em 2012, a dinâmica de mercado para o ferro e o ferrosilício. Todavia, três fatores de mercado ditam algumas das possíveis tendências.

O primeiro fator, que se torna crítico a cada dia que passa, é a menor disponibilidade e o alto preço da energia elétrica na África do Sul, principal produtor mundial de minério de cromo. O segundo são as ações protecionistas do governo sul-africano e, principalmente, do indiano, para dificultar ou até mesmo impedir a exportação de minério de cromo para a China. O terceiro tem a ver com os problemas ambientais, que a África do Sul e, sobretudo a China terão de enfrentar.

Por certo, esses fatores favorecerão a manutenção e o crescimento dos volumes de vendas e os preços de referência praticados pela Ferbasa ao longo de 2012. E o que já se observa a partir dos dados do primeiro trimestre deste ano.

De fato, em relação ao ferro, observa-se uma recuperação dos volumes de produção e preços de quase todas as séries de aços inoxidáveis fabricados no mundo, a qual está contribuindo para a recuperação dos volumes e do preço spot desse produto que é o core business da Ferbasa. Mas, a Ferbasa também recuperou neste trimestre parte das perdas sofridas no segundo semestre de 2011 com os preços do FeSi75, seu segundo maior produto em faturamento, sendo possível afirmar que, no segundo trimestre de 2012, essa recuperação se acentuou.

Finalizando, acreditamos que a Ferbasa deverá apresentar um bom resultado em 2012 tendo em vista seus projetos em implantação e outros que serão implementados, e o bom relacionamento com os seus clientes.

11. DECLARAÇÃO DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

12. AGRADECIMENTOS

A Ferbasa agradece a confiança e o bom relacionamento com clientes, acionistas, fornecedores, entidades governamentais e, em especial, aos colaboradores, pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010 (Reclassificado)	31/12/2011 (Reclassificado)	31/12/2010 (Reclassificado)
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	193.717	228.895	235.410	266.789
Aplicação financeira	5	109.463	116.785	109.463	116.785
Contas a receber de clientes	6	86.707	111.478	86.707	111.478
Estoques	7	215.768	194.771	215.857	194.860
Impostos a recuperar	8	13.130	4.450	13.740	4.800
Despesas antecipadas		174	151	174	151
Outras contas a receber		2.244	3.195	1.536	2.593
Total dos ativos circulantes		621.203	659.725	662.887	697.456
NÃO CIRCULANTES					
Aplicação financeira	5	628	-	628	-
Estoques	7	7.868	7.352	7.868	7.352
Impostos a recuperar	8	5.428	4.150	8.827	8.812
Impostos diferidos	9	13.266	12.675	13.266	12.675
Depósitos judiciais	10	2.435	4.511	2.565	4.641
Depósito para reinvestimento	17	1.961	-	1.961	-
Outros créditos		509	507	521	519
Investimentos:					
Sociedades controladas	11	47.695	45.219	-	-
Outros		78	78	124	124
Imobilizado	12	419.851	337.826	428.000	345.915
Ativo biológico	13	140.264	123.521	140.264	123.521
Intangível		688	503	688	503
Total dos ativos não circulantes		640.671	536.342	604.712	504.062
TOTAL DOS ATIVOS		1.261.874	1.196.067	1.267.599	1.201.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010 (Reclassificado)	31/12/2011 (Reclassificado)	31/12/2010 (Reclassificado)
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTES					
Fornecedores	14	33.439	40.787	33.418	40.786
Adiantamentos de contratos de câmbio	15	13.906	-	13.906	-
Obrigações trabalhistas e encargos	16	30.737	31.035	30.737	31.049
Impostos e contribuições sociais	17	4.461	9.679	4.623	9.834
Dividendos propostos	21	-	4.502	82	4.565
Juros sobre o capital próprio	21	21.763	21.656	21.763	21.656
Outras contas a pagar		1.783	2.864	1.784	2.864
Total dos passivos circulantes		106.089	110.523	106.313	110.734
NÃO CIRCULANTES					
Provisão para passivo ambiental	18	11.494	10.940	11.494	10.940
Impostos e contribuições sociais	17	4.623	2.290	4.710	2.377
Impostos diferidos	9	31.881	31.382	33.436	32.937
Provisão para passivos eventuais	19	1.233	13.818	14.540	13.818
Total dos passivos não circulantes		62.538	58.430	64.180	60.072
Total dos passivos		168.627	168.953	170.493	170.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	772.971	706.132	772.971	706.132
Reservas de lucros	21	277.237	275.880	277.237	275.880
Ajustes de avaliação patrimonial	21	41.834	41.834	41.834	41.834
Dividendos adicionais propostos	21	1.233	3.296	1.233	3.296
Ações em tesouraria	21	(28)	(28)	(28)	(28)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores		1.093.247	1.027.114	1.093.247	1.027.114
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	3.859	3.598
Total do patrimônio líquido		1.093.247	1.027.114	1.097.106	1.030.712
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.261.874	1.196.067	1.267.599	1.201.518

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO)

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	22	642.454	673.178	642.334	673.058
Variação do valor justo dos ativos biológicos	13	13.640	18.320	13.640	18.320
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	7 e 23	(521.783)	(498.671)	(520.724)	(497.586)
LUCRO BRUTO		134.311	192.827	135.250	193.792
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	23	(11.813)	(10.021)	(11.813)	(10.021)
Gerais e administrativas	23	(30.149)	(24.336)	(30.485)	(24.623)
Honorários dos administradores	23 e 28	(11.841)	(9.843)	(11.864)	(9.885)
Participação nos lucros (empregados)	23	(8.074)	(11.292)	(8.074)	(11.292)
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas	23	(10.496)	(12.518)	(10.687)	(12.015)
Total		(72.373)	(68.010)	(72.923)	(67.836)
Equivalência patrimonial	11	3.187	3.002	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		65.125	127.819	62.327	125.956
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		43.221	38.633	47.873	42.133
Despesas financeiras		(1.119)	(6.291)	(1.163)	(6.295)
Total	24	42.102	32.342	46.710	35.838
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		107.227	160.161	109.037	161.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Isenção e redução		8.799	19.185	8.799	19.185
Corrente		(25.499)	(48.076)	(27.048)	(49.325)
Diferido		92	2.459	92	2.316
Total	9	(16.608)	(26.432)	(18.157)	(27.824)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		90.619	133.729	90.880	133.970
Lucro atribuído aos acionistas controladores		90.619	133.729	90.619	133.729
Lucro atribuído aos acionistas não controladores		-	-	261	241
Lucro básico/diluído por ação ON - R\$	21	0,9623	1,4201	-	-
Lucro básico/diluído por ação PN - R\$	21	1,0585	1,5621	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		90.619	133.729	90.880	133.970
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos		(13.816)	(5.145)	(13.920)	(5.233)
Depreciações e exaustões		22.744	19.410	22.983	19.570
Exaustão de ativos biológicos	13	18.898	12.693	18.898	12.693
Variação valor justo dos ativos biológicos	13	(13.640)	(18.320)	(13.640)	(18.320)
Equivalência patrimonial	11	(3.187)	(3.002)	-	-
Custo residual de ativo permanente baixado		70	130	70	130
Impostos diferidos	9	(92)	(2.459)	(92)	(2.316)
Constituição de provisão para passivos eventuais	19	903	9.190	903	8.590
(Reversão) constituição de provisão para perda Eletrobrás		(2)	94	(2)	94
(Reversão) constituição de provisão para perda em estoque		1.861	(2.035)	1.861	(2.035)
Total		104.348	144.285	107.931	147.143
Dividendos recebidos		604	754	-	-
Redução (aumento) nas contas do ativo					
Contas a receber de clientes		22.167	(48.327)	22.167	(48.327)
Estoques		(26.099)	(44.652)	(26.099)	(44.600)
Impostos a recuperar		366	6.964	749	7.327
Juros recebidos		321	36	321	36
Outros ativos		605	(2.234)	605	(2.253)
Aumento (redução) nas contas do passivo					
Fornecedores		(4.531)	8.305	(4.531)	8.305
Impostos, taxas e contribuições sociais		2.187	(6.709)	2.169	(6.750)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		18.380	29.642	19.928	30.874
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.158)	(18.233)	(28.700)	(19.381)
Salários e encargos sociais		(288)	14.400	(288)	14.400
Juros pagos		163	(5.237)	163	(5.237)
Outros passivos		(702)	(170)	(702)	(170)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		89.621	78.824	94.386	81.430
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado e intangível	12	(105.023)	(50.767)	(105.322)	(50.767)
Ativo biológico	13	(21.991)	(16.072)	(21.991)	(16.072)
Recebimento pela venda de imobilizado		216	462	216	477
Aplicação financeira (mantida até o vencimento)		(628)	(107.301)	(628)	(107.301)
Resgate de aplicação financeira (mantida até o vencimento)		20.301	24.605	20.301	24.605
Depósito para reinvestimento		(1.810)	7.958	(1.810)	7.958
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(108.935)	(141.115)	(109.234)	(141.100)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamentos de contrato de câmbio - contratação		72.692	58.996	72.692	58.996
Liquidação de adiantamento de contratos de câmbio		(59.102)	(106.328)	(59.102)	(106.328)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(29.454)	(8.941)	(3	

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca/BA, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (BM&F BOVESPA). Sua Controladora é a Fundação José Carvalho. A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferro ligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, para industrialização e comercialização; fabricação e comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos de florestamento, reflorestamento, silvicultura e manejo sustentável, incluindo-se planos de proteção ambiental, visando a obtenção de madeiras para uso próprio ou comercialização; a transformação de florestas em canavá vegetal; aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados no processo de fabricação do ferro ligas, incluindo-se a produção e comercialização de brita de escória, para a construção civil e asfalto a frio; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente, se relacione com seu objeto, inclusive, mediante participações em outras companhias, como acionista ou quotista.

A Companhia possui controladas nas áreas de mineração, ferro ligas de silício, florestamento e reflorestamento, cujas atividades estão arrendadas a Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox 41,77% (2010, 36,8%), Marubeni STD 14,35% (2010, 6,9%) e Gerdau 11,20% (2010, 11,6%) respectivamente do total da receita de vendas de ferro ligas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – BR GAAP e IFRS; e
- As demonstrações financeiras individuais da Controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 - Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4 - Transações e saldos em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação.

No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda; e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

2.5.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

No caso da Companhia e suas controladas compreendem:

a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

No caso da Companhia e controladas compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustados por provisão para perda, se necessária.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e adiantamentos de contrato de câmbio. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos, quando aplicável.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6 - Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda.

- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

- Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Administração espera que os estoques de matérias-primas e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.7 - Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 3.

2.8 - Imobilizado

Terenos estão demonstrados pelo valor justo (na data de transição – 1ª de janeiro de 2009), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério esaurido e a reserva lavrável estimada. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas – líquidas".

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.9 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Os bens do imobilizado, intangível, ativo biológico e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassou seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor de ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.10 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferro ligas) quando colhidos. O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 6-12 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, a variação (ganho ou perda) do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, na linha específica de "variação de valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos no desenvolvimento dos ativos biológicos, as perdas e os ativos biológicos colhidos no exercício.

2.11 - Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador adquiridos são capitalizadas e amortizadas às taxas de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

2.12 - Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui as seguintes subvenções governamentais:

2.12.1 - ICMS - DENSENVOLVE

Em 7 e 8 de outubro de 2006, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 70/2006, do Conselho Deliberativo do DENSENVOLVE, que retifica e ratifica a Resolução nº 131, de 26/04/2005, que habilitou "ad referendum" do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Pojuca, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DENSENVOLVE, com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferro ligas, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
 - Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DENSENVOLVE;
 - Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em que exceder a R\$ 1.911, corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, o qual incidirá taxa de juros de 65% (sessenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DENSENVOLVE. Esta parcela atualizada para 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 2.617;
 - Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.
- No que tange a dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2011 e de 2010 e está mencionada na nota explicativa nº 22.

2.13 - Imposto de renda sobre o lucro da exploração

Em função da modernização de empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, extinta ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Companhia pleiteou o reconhecimento de benefício fiscal de Redução do Imposto de Renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, tendo em vista o término deste incentivo. Em 27 de dezembro de 2006, foi expedido Laudo Constitutivo de nº 301/2006, relativo à concessão de incentivos fiscais, na fabricação de ferro ligas e seus subprodutos, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2006.

Posteriormente, em 27 de maio de 2008, foi também expedido Laudo Constitutivo de nº 0072/2008, relativo à concessão de incentivos fiscais, na extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2008.

A Companhia protocolou junto à Secretaria da Receita Federal em 17 de janeiro de 2007, processo nº 13502.00046/2007-02 e em 30 de junho de 2008, processo nº 13502.001113/2008-89, visando os reconhecimentos dos direitos de redução do referido incentivo, concedido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, para o qual obteve homologação tácita.

Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 vigente a partir de 1º de janeiro de 2008 e conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de despesa com imposto de renda.

Conforme o artigo 1º da Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucro do exercício para reserva de imposto de renda.

2.14 - Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.14.1 - Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.14.2 - Lucro da exploração

Conforme descrito no item 2.13 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE no que tange a:

- fabricação de ferro ligas e seus subprodutos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2006;
- extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2008.

2.14.3 - Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver notas explicativas nºs 9 e 2 - item 2.2), inclusos no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados (terrenos) e mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

2.15 - Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15.1 - Provisão para passivo ambiental

Os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para passivo ambiental. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo período de vida útil deste.

2.15.2 - Provisão para passivos eventuais

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.17 - Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.17.1 - Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.18 - Receita/despesa de arrendamento

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na Controladora e como receita nas controladas pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Ver notas explicativas nºs 11 e 29.

2.19 - Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

2.20 - Apresentação das informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente.

2.21 - Plano de aposentadoria complementar

Plano de contribuição definida, no qual a Companhia paga contribuições em base compulsória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são incorridos e são incluídos como benefícios a empregados.

2.22 - Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada com passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto".

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.23 - Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.24 - Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; de provisões para fechamento de minas; e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.25 - Lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 21.

2.26 - Resultados abrangentes

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3 CONTROLADAS DA COMPANHIA

A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Controlada	País	Percentual de participação	
		Capital total e votante	
		31/12/2011	31/12/2010
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Brasil	100	100
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Brasil	99,96	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Brasil	100	100
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Brasil	51,26	51,26
Sociedades em conta de participação - Pontes I	Brasil	80,18	80,18

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 2.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora e consolidado (BR GAAP)		Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	2.417	2.366	2.566	2.830
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras debêntures (a)	-	788	7.599	788
Fundos de investimento (b)	191.300	225.741	225.245	263.171
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	193.717	228.895	235.410	266.789

(a) Operações compromissadas em debêntures, com rendimentos em 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2010, 100% do CDI), as quais são lastreadas pelo próprio banco (responsável pela recompra do título); e

(b) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). As taxas de remuneração variaram de 100,60% a 109,21% (2010, 97,84% e 111,46%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de investimento		
Banco Votorantim (a) - ativo circulante	109.463	116.785
Banco Itaú (b) - ativo não circulante	628	-
Total	110.091	116.785

(a) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+90 ou D+120 (noventa e cento e vinte dias após a solicitação de resgate), podendo ser resgatadas antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 109,21% (2010, 105,49%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI;

(b) Trata-se de aplicação financeira vinculada a uma carta fiança emitida para NC Energia, a qual estará restrita até o vencimento da fiança em 30 de dezembro de 2014. As taxas de remuneração são em torno de 102,81% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Mercado interno	73.610	95.037
Mercado externo	13.097	16.441
Total	86.707	111.478

As contas a receber de mercado externo são em Dólar Americano, as quais são convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

6.1 - Concentração de clientes

A Companhia possui concentração de faturamento no cliente Aperam Inox (mercado interno). Os clientes cujos saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 apresentaram valores superiores a 5% são:

Cliente	Representatividade	
	2011	2010
Mercado interno		
Aperam Inox	44,26%	55,91%
Villares Metals	8,43%	3,59%
Arcecel Mittal Brasil	6,03%	4,11%
Magotex Brasil Ltda.	5,21%	2,42%
Mercado externo		
Marubeni Uruguai	8,09%	3,61%

6.2 - Giro do contas a receber

O período médio no crédito de venda de produtos é de 45 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber com vencimento até 30 dias. O saldo do contas a receber de clientes possui saldos vencidos para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança na qualidade dos créditos e estes são considerados como recuperáveis. Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	85.765	110.773
Vencidas de 0-30 dias	518	87
Vencidas de 31-60 dias	116	534
Vencidas há mais de 60 dias	308	84
Total	86.707	111.478

7 ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Produtos acabados	85.335	77.587	85.335	77.587
Matérias-primas	67.730	78.677	67.784	78.731
Minérios de cromo	30.557	12.886	30.557	12.886
Materiais para manutenção e consumo	30.523	24.486	30.558	24.521
Outros	1.623	1.135	1.623	1.135
Subtotal	215.768	194.771	215.857	194.860
Não circulante				
Materiais para manutenção e consumo	15.200	12.823	15.200	12.823
(-) Provisão para giro lento	(7.332)	(5.471)	(7.332)	(5.471)
Subtotal	7.868	7.352	7.868	7.352
Total dos estoques	223.636	202.123	223.725	202.212

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os estoques de materiais de manutenção e consumo são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

A Companhia mantém provisão relacionada aos itens sem rotatividade há mais de 12 meses e outras provisões para perdas em estoques, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(5.471)	(7.506)
Adições	(1.861)	(155)
Reversões	-	2.190
Saldo no fim do exercício	(7.332)	(5.471)

O custo dos produtos vendidos reconhecido como despesa inclui:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo de venda de produtos	(518.486)	(502.668)	(519.775)	(503.964)
Encargos adicionais - CHESF	-	(9.014)	-	(9.014)
Exaustão do ativo biológico - (parcela do fair value)	(8.147)	(3.273)	(5.799)	(3.273)
Reversão (provisão) para perdas em estoques	(1.861)	2.035	(1.861)	2.035
Capacidade ociosa	(588)	(276)	(588)	(276)
Mudança de estimativa - vida útil imobilizado	1.225	6.123	1.225	6.123
Realização do reinvestimento	436	1.963	436	1.963
Crédito tributário (*)	5.658	-	5.658	-
Outros	(20)	6.439	(20)	8.820
Total	(521.783)	(498.671)	(520.724)	(497.586)

(*) Trata-se de créditos fiscais extemporâneos de IPI, PIS e COFINS relativos às aquisições de combustíveis, lubrificantes e materiais de manutenção de máquinas e equipamentos, no período compreendido entre abril/2006 e setembro/2011.

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de renda a recuperar	8.601	3.283	8.949	3.573
Contribuição social a recuperar	2.067	98	2.221	106
COFINS a recuperar	1.641	279	1.674	312
Outros	821	790	896	809
Subtotal	13.130	4.450	13.740	4.800
Não circulante				
ICMS a recuperar sobre o ativo imobilizado	5.428	4.150	5.534	4.304
PIS a recuperar	-	-	1.034	1.682
COFINS a recuperar (*)	-	-	1.887	1.830
Outros	-	-	372	996
Subtotal	5.428	4.150	8.827	8.812
Total	18.558	8.600	22.567	13.612

(*) COFINS - Leis nºs 7787/89, 7894/89 e 8147/90.

A Companhia impetrou Mandado de Segurança para que seja reconhecido o direito de proceder à compensação das parcelas pagas a maior a título de FINSOCIAL com parcelas vencidas ou vincendas da COFINS (inconstitucionalidade das Leis nºs 7787/89, 7894/89 e 8147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL).

A Companhia obteve o trânsito em julgado quanto aos créditos provenientes desta ação. Em 26 de outubro de 2006, a Secretaria da Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, processo administrativo nº 13502.000490/2006-39. Atualmente a Companhia vem compensando o crédito com a COFINS a pagar.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para contingências	14.540	13.818	14.540	13.818
Provisão para perda nos estoques	7.332	5.471	7.332	5.471
Provisão para participação nos lucros	8.074	11.292	8.074	11.292
Provisão para participação nos lucros administradores (*)	4.677	4.139	4.677	4.139
Provisão para passivo ambiental	4.548	2.904	4.548	2.904
Outras provisões temporárias	3.283	2.699	3.283	2.699
Total base de cálculo	42.454	40.323	42.454	40.323
IRPJ diferido à alíquota de 25%	9.445	9.046	9.445	9.046
CSLL diferida à alíquota de 9%	3.821	3.629	3.821	3.629
Ativo não circulante	13.266	12.675	13.266	12.675

(*) Base para CSLL diferida, no caso do IRPJ trata-se de diferença permanente.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Adoção CPC - custo atribuído - terrenos	58.810	58.810	63.385	63.385
Adoção CPC - ativos biológicos	34.960	33.492	34.960	33.492
Total base de cálculo	93.770	92.302	98.345	96.877

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ diferido à alíquota de 25%	23.442	23.076	24.585	24.219
CSLL diferida à alíquota de 9%	8.439	8.306	8.851	8.718
Passivo não circulante	31.881	31.382	33.436	32.937

Efeito no resultado do exercício

	2011	2010
A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:	92	2.459

Ano calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - Diferido		IRPJ/CSLL - Diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2012	3.166	-	3.166	-
2016 em diante	10.100	31.881	10.100	33.436
	13.266	31.881	13.266	33.436

Saldo líquido

	2011	2010
A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes quando sua efetiva realização.	18.615	20.170

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	107.227	109.037	160.161	161.794
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(36.457)	(37.073)	(54.455)	(55.010)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.084	-	1.021	-
Juros sobre o capital próprio	7.399	7.399	7.470	7.470
Outros	2.567	2.718	347	531
Incentivo fiscal (SUDENE)	8.799	8.799	19.185	19.185
Total	(16.608)	(18.157)	(26.432)	(27.824)
Imposto de renda e contribuição social				
Incentivo fiscal (SUDENE)	8.799	8.799	19.185	19.185
Corrente	(25.499)	(27.048)	(48.076)	(49.325)
Diferido	92	92	2.459	2.316
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(16.608)	(18.157)	(26.432)	(27.824)

	31/12/2011		31/12/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Composição do imposto corrente, líquido do incentivo fiscal				
IRPJ	(10.001)	(11.122)	(15.918)	(16.853)
CSLL	(6.699)	(7.127)	(12.973)	(13.287)
Total	(16.700)	(18.249)	(28.891)	(30.140)

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecida no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

Em 2011 foram transferidos para o patrimônio líquido:

- a) R\$ 8.799 - incentivo SUDENE 2011;
- b) R\$ 436 - reinvestimento, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 item (a);
- c) R\$ 197 - complemento de incentivo SUDENE 2010.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a depósitos sobre processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos trabalhistas	1.007			

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A seguir breve comentário sobre as controladas no que se refere a objeto social e situação de arrendamento com a Companhia:

• **Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – ("Silbasa")**
A Silbasa é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca/BA, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e similares, outras atividades afins e correlatas que sejam consideradas de interesse da Companhia, por decisão da Assembleia Geral. Seu prazo de duração é indeterminado. Desde janeiro de 2004, arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

• **Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici")**
A Jacurici é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra de substâncias minerais, preferencialmente de cromo; beneficiamento, comercialização e exportação de minérios, notadamente o cromo; outras quaisquer atividades afins ou correlatas com os seus objetivos essenciais, e que, a juízo de sua diretoria executiva sejam consideradas de interesse da mesma. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado à Companhia, seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

• **Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora")**
Tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de florestamento e/ou reflorestamento, bem como, a produção de carvão vegetal, em conformidade com a legislação brasileira que regula a espécie. Desde novembro de 1997, as atividades da Reflora encontram-se arrendadas à Companhia por prazo indeterminado.

• **Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal")**
Tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo o território nacional, beneficiamento, industrialização e comercialização de minérios, inclusive importação e exportação, comercialização e representação de minérios, bem como, a participação em outras Companhias como quotista ou acionista. A Companhia poderá ainda dedicar-se a atividades de reflorestamento, silvicultura e fabricação de carvão vegetal, para consumo próprio ou comercialização, obedecendo às disposições legais pertinentes. Desde novembro de 1997, as atividades da Damacal encontram-se arrendadas à Companhia por prazo indeterminado.

12 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Terrenos		94.351	89.778	99.672	95.099
Edificações	4,0%	27.115	23.664	28.801	25.520
Máquinas e equipamentos	7,1%	134.001	125.359	134.331	125.594
Veículos e tratores	14,4%	12.656	8.971	12.694	9.032
Móveis e utensílios	10,0%	2.701	2.335	2.701	2.336
Informática	20,0%	1.217	998	1.226	998
Jazidas	(a)	25.623	14.834	25.623	14.834
Provisão para fechamento das minas	(b)	7.084	8.012	7.084	8.012
Peças	9,7%	1.053	1.266	1.053	1.266
Imobilizações em andamento e outras		114.050	62.609	114.815	63.224
Total		419.851	337.826	428.000	345.915

(a) Ver item 12.3.
(b) Ver nota explicativa nº 18.

	Controladora (BR GAAP)							Provisão para fechamento das minas	Partes e peças	Imobilizações em andamento e outros	Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas				
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	89.071	42.502	225.421	40.169	4.441	4.302	18.553	8.788	1.479	47.899	482.625
Adições	270	-	6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.038	50.649
Baixas	(6)	(38)	(135)	(654)	-	(6)	-	-	-	-	(839)
Transferências	443	2.938	14.647	158	-	12	130	-	-	(18.328)	-
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.778	45.402	241.399	43.293	5.141	4.579	25.171	8.788	1.479	62.609	527.639
Adições	4.258	-	17.122	4.186	788	707	13.362	148	-	64.104	104.675
Baixas	(63)	-	(31)	(69)	(1)	-	-	-	-	-	(164)
Transferências	378	4.994	5.510	1.633	-	-	148	-	-	(12.663)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	94.351	50.396	264.000	49.043	5.928	5.286	38.681	8.936	1.479	114.050	632.150
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(20.328)	(104.780)	(33.215)	(2.457)	(2.985)	(6.992)	(367)	-	-	(171.124)
Despesa de depreciação	-	(1.537)	(13.196)	(1.710)	(349)	(603)	(3.345)	(409)	(213)	-	(21.362)
Baixas	-	12	88	603	-	7	-	-	-	-	710
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	-	1.963
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(21.738)	(116.040)	(34.322)	(2.806)	(3.581)	(10.337)	(776)	(213)	-	(189.813)
Despesa de depreciação	-	(1.543)	(14.418)	(2.134)	(422)	(488)	(2.721)	(1.076)	(213)	-	(23.015)
Baixas	-	-	24	69	1	-	-	-	-	-	94
Amortização Reinvestimento	-	-	435	-	-	-	-	-	-	-	435
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(23.281)	(129.999)	(36.387)	(3.227)	(4.069)	(13.058)	(1.852)	(426)	-	(212.299)
Saldos líquidos em:											
1º de janeiro de 2010	89.071	22.174	120.641	6.954	1.984	1.317	11.561	8.421	1.479	47.899	311.501
31 de dezembro de 2010	89.778	23.664	125.359	8.971	2.335	998	14.834	8.012	1.266	62.609	337.826
31 de dezembro de 2011	94.351	27.115	134.001	12.656	2.701	1.217	25.623	7.084	1.053	114.050	419.851

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)							Provisão para fechamento das minas	Parte e peças	Imobilizações em andamento e outros	Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas				
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	94.392	46.850	231.853	49.465	4.505	4.510	18.555	8.788	1.479	48.674	509.071
Adições	270	-	6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.089	50.700
Baixas	(6)	(38)	(348)	(723)	-	(6)	-	-	-	-	(1.121)
Transferências	443	2.938	14.860	158	-	12	128	-	-	(18.539)	-
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	95.099	49.750	247.831	52.520	5.205	4.787	25.171	8.788	1.479	63.224	553.854
Adições	4.258	-	17.259	4.186	788	718	13.362	148	-	64.254	104.973
Baixas	(63)	-	(31)	(69)	(1)	-	-	-	-	-	(164)
Transferências	378	4.994	5.510	1.633	-	-	148	-	-	(12.663)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	99.672	54.744	270.569	58.270	5.992	5.505	38.681	8.936	1.479	114.815	658.663
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(22.649)	(111.173)	(42.426)	(2.520)	(3.193)	(6.994)	(367)	-	-	(189.322)
Despesa de depreciação	-	(1.708)	(13.213)	(1.734)	(349)	(603)	(3.343)	(409)	(213)	-	(21.572)
Baixas	-	12	301	672	-	7	-	-	-	-	992
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	-	1.963
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(24.230)	(122.237)	(43.488)	(2.869)	(3.789)	(10.337)	(776)	(213)	-	(207.939)
Despesa de depreciação	-	(1.713)	(14.460)	(2.157)	(423)	(490)	(2.721)	(1.076)	(213)	-	(23.253)
Baixas	-	-	24	69	1	-	-	-	-	-	94
Amortização Reinvestimento	-	-	435	-	-	-	-	-	-	-	435
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(25.943)	(136.238)	(45.576)	(3.291)	(4.279)	(13.058)	(1.852)	(426)	-	(230.663)
Saldos líquidos em:											
1º de janeiro de 2010	94.392	24.201	120.680	7.039	1.985	1.317	11.561	8.421	1.479	48.674	319.749
31 de dezembro de 2010	95.099	25.520	125.594	9.032	2.336	998	14.834	8.012	1.266	63.224	345.915
31 de dezembro de 2011	99.672	28.801	134.331	12.694	2.701	1.226	25.623	7.084	1.053	114.815	428.000

(a) Ver nota explicativa nº 17.

12.1 - **Depreciação**
A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção.

12.2 - **Terrenos**
Referem-se principalmente a terras destinadas às atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. A Companhia e sua controlada Damacal possuem em quais figuram como autoras solicitando reintegração ou manutenção de posse em área equivalente a 6.387 hectares, a qual encontra-se registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controlada não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda 6 ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujas quantidades de hectares de 3 fazendas estão em fase de levantamento/vistoria. Para outras 3 áreas, houve levantamento de 4.153 hectares. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em TDAS's (Títulos da Dívida Agrária).

12.3 - **Jazidas**
Os gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo. O ativo é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas. Ver nota explicativa nº 18. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

12.4 - **Imobilizações em andamento**
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de imobilizações em andamento referem-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia, principalmente sistema de despoimento dos fornos, tratamento de efluentes, dentre outros.

12.5 - **Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)**
A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2011, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração. Ver nota explicativa nº 2.

12.6 - **Bens dados em garantia**
A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantia de processos, os quais totalizam R\$ 1.784 (2010, R\$ 2.367), líquidos de depreciação.

13 ATIVO BIOLÓGICO

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	105.304	90.029
Ajuste a valor justo dos ativos biológicos	34.960	33.492
Total	140.264	123.521

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para transformação em carvão, o qual é utilizado no processo produtivo das ligas de ferro cromo e silício, a Companhia possui a área total de 62.079 hectares⁽¹⁾ (2010, 54.172 hectares) sendo que 19.766 hectares⁽²⁾ (2010, 19.624 hectares) estavam plantados com florestas de eucaliptos, considerando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento a legislação ambiental brasileira.

⁽¹⁾ **Informações não auditadas.**

(i) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos
Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo considerando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde ao valor descontado da projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto 8,13% a.a. (2010, 8,85% a.a.) utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital (WACC-Weighted Average Cost of Capital) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração;

(iii) O volume de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhido foi determinado com base na produtividade média de cada unidade florestal (fazendas plantadas em um mesmo ano) no ano de sua colheita. A produtividade de cada unidade varia em função do material genético, das condições edafoclimáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. A produtividade nas unidades é estimada por um inventário anual (Inventário florestal contínuo) que permite conhecer o volume de madeira em pé, bem como basear a construção de modelos para estimar a produtividade na idade de corte, que atualmente é de 6 anos;

(iv) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado e de transações de venda ocorridas na região onde a Companhia possui florestas. Os preços obtidos são convertidos para estereis e ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação e manutenção dos ativos biológicos;

(vi) A Companhia definiu por efetuar o cálculo do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

(b) Reconciliação das variações de valor justo

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 1º de janeiro de 2010	101.822	16.072
Gastos com novos plantios e manutenção Corte (exaustão)	16.072	(12.693)
Variação do valor justo por:		
Preço	15.980	2.340
Volume	21.991	(18.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	123.521	21.991
Gastos com novos plantios e manutenção Corte (exaustão)	18.888	-
Variação do valor justo por:		
Preço	10.537	3.103
Volume	3.103	140.264
Saldo em 31 de dezembro de 2011	140.264	140.264

A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção da lenha, e na cadeia produtiva do carvão que é insumo para a produção das ferro ligas.

Durante o exercício de 2011, dentre fatores que levaram a um acréscimo no saldo dos ativos biológicos destacam-se o aumento no preço e revisão da taxa de desconto.

14 FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/	



>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

18 PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. Desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra. A Administração da Companhia instituiu no exercício de 2010 e 2011 estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de suas minas, considerando as seguintes premissas:

(a) Foram considerados os gastos futuros com remoção de material no subsolo, demolição de construções, carregamento e transporte dos resíduos e recuperação ambiental;

(b) Não incorrerá na maioria destes custos por vários anos, o que requer estimativas para longo prazo e por isso, as estimativas de custos com abandono continuarão a ser revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados;

(c) As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetem as operações poderão mudar, e, em qualquer hipótese, poderão ter desvios dos planos atuais de lavra; e,

(d) O cálculo do valor de mercado da obrigação para desmobilização de ativos requer que a Companhia assuma premissas para projetar os fluxos de caixa, assim como estimativas de taxas de inflação, para determinar a taxa de juros de crédito livre de risco e determinar prêmios sobre riscos de mercado aplicáveis às operações. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 11,03% a.a.

No exercício de 2011, a Companhia procedeu a revisão das estimativas e atualizou os saldos passivos com base na variação do IGP-M acumulada nos últimos 12 meses.

A seguir demonstramos a movimentação da provisão:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 1º de janeiro de 2010	9.805	
Atualização	1.135	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.940	
Adição	149	
Baixa	(162)	
Atualização	567	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.494	

19 PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificaram os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos, valores em 31/12/2011 (Controladora e consolidado)			
	Remota	Provável	Provável	Total
Administrativas e fiscais	82.237	82.826	10.634	175.697
Trabalhistas	4.159	7.507	2.807	14.473
Cíveis e penais	3	2.943	1.099	4.045
Total	86.399	93.276	14.540	194.215

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010
Administrativas e fiscais	10.634	9.967
Trabalhistas	2.807	2.676
Cíveis	1.099	1.175
Total	14.540	13.818

Movimentação das provisões:

Controladora e consolidado	Trabalhistas	Administrativas e fiscais	Cíveis e penais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.676	9.967	1.175	13.818
Novos processos/complementos	312	667	-	979
Reversões	-	-	(76)	(76)
Baixa por pagamento	(181)	-	-	(181)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.807	10.634	1.099	14.540

19.1 - Perdas prováveis

Administrativas e fiscais

Tributos Federais – PIS/COFINS

A Companhia responde administrativamente a autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Camaçari relativos a questionamentos sobre as declarações de PIS e COFINS dos anos base 1998 e 2000. A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 578, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Controladora e consolidado conforme demonstramos a seguir:

Tributos	Processo	Valor atualizado do auto	Valor da provisão
COFINS	1350.1000.294/2003-21	1.911	511
PIS	1350.1000.293/2003-87	248	67
Total		2.159	578

Auto de infração do IBAMA (nº 548374)

A Companhia possui auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no montante atualizado de R\$ 925, para o qual possui provisão constituída de R\$ 817. Esse auto de infração está sendo defendido administrativamente e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no referido montante.

Auto de infração ICMS – Produtos Intermediários

A Companhia possui autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia no montante de R\$ 2.578 (31 de dezembro de 2010, R\$ 2.466), oriundos da utilização de créditos de ICMS de produtos intermediários. Esses autos de infração estão sendo defendidos judicialmente e, embora sejam considerados como de perda possível, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de parte do auto no valor de R\$ 348.

Multas e autos de infração

A Companhia possui multas e autos de infração de diversas naturezas no montante de R\$ 19.598 (2010, R\$ 6.149). A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 8.891 (31 de dezembro de 2010, R\$ 8.824).

Cíveis e penal

Processo penal (nº 1629113-8) movido pelo Ministério Público

A Companhia possui ação penal movida pelo Ministério Público da Bahia face a suposto dano ambiental no montante atualizado de R\$ 576. Essa ação está sendo defendida judicialmente convergindo para uma possível assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 250 em 31 de dezembro de 2011 (2010, R\$ 500).

Cíveis

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos cíveis relativos a indenização por reparação de danos e perdas materiais no montante de R\$ 3.220. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 849 Controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2011 (2010, R\$ 675, Controladora e consolidado).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária e versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). Do montante provisionado em 31 de dezembro de 2011, R\$ 745 refere-se a processos por responsabilidade solidária.

19.2 - Processos judiciais (ativos/passivos)

Ativos

PIS – Leis nºs 2445 e 2449/88

A Companhia obteve decisão judicial quanto aos créditos provenientes da ação ajuizada visando a declaração do direito da Companhia de não recolher o PIS com base nos Decretos Leis nºs 2445 e 2449/88, já declarados inconstitucionais, bem como de ter restituído os valores que foram pagos a maior a título da citada contribuição.

Em vista a procedência da ação, foi requerida a Execução da mesma, tendo sido apresentada planilha com a discriminação dos valores a serem restituídos. A União Federal opôs Embargos à Execução e, ao julgá-los, o juiz homologou o laudo pericial, fixando o montante de R\$ 2.444 mil relativo à Companhia. De acordo com as práticas contábeis, a Companhia não efetuou registro deste ativo para 31 de dezembro de 2011 e de 2010. A União Federal interps recurso de apelação e os autos encontram-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgamento. Outrossim, de forma arbitrária ajuizou execuções fiscais contra a Companhia e suas controladas, as quais foram embargadas/contestadas pela Ferbasa.

Empréstimo compulsório Eletrobrás

A Companhia e suas controladas Damacal e Mineração Jacurici possuem ação declaratória nº 2003.33.00.029795-5 através da qual solicitam a restitução, com a devida correção monetária, de créditos oriundos do Empréstimo Compulsório instituído em favor da Eletrobrás no período de 01/1977 a 02/1994.

A ação foi julgada procedente pelo Juiz da 10ª Vara Federal, reconhecendo que deve ser aplicada a correção monetária plena (ORTN, OTN, BTN, IPC, INPC, UFIR e Taxa SELIC), nos valores arrecadados a título de Empréstimo Compulsório instituído em favor da Eletrobrás, arcarando os valores já convertidos em ações, bem como os que irão ser convertidos por intermédio da 3ª conversão.

O Juiz Singular não reconheceu a aplicação dos juros de mora de 1% a partir do trânsito em julgado da presente ação conforme preceitua o art. 167 do CTN, e ainda reconheceu que uma parte do crédito em tela encontra-se prescrito. Sendo assim, em 05/08/2004, os autores interuseram recurso de apelação com relação a tais itens.

Em 14/12/2007 foi publicado o Acórdão reconhecendo em parte a aplicação da correção monetária pleiteada na exordial, pois afastou a incidência da Taxa SELIC. Reconheceu também que os valores recolhidos antes de 25/11/1977 estão prescritos.

Sendo assim, foram interpostos Recursos Especiais pela Ferbasa e pela União Federal.

A Eletrobrás interps Embargos Infringentes ao Acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, os quais foram julgados improvidos. Assim, a Eletrobrás, em 23/06/2010, também interps Recurso Especial e Extraordinário, o qual foi inadmitido e interposto agravo de instrumento contra este despacho. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que o processo retornasse ao relator da apelação para exercício do juízo de retratação, para que seja adequado o entendimento consolidado no Supremo Tribunal de Justiça.

Os valores serão apurados de forma segura quando da possível liquidação dos créditos.

Contingências passivas

Notificações fiscais de lançamento de débito – CFEM

A Companhia, como arrendatária ou titular de direitos minerários, foi notificada em junho de 2007 pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM para quitar suposto débito por recolhimento inadequado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – CFEM (notificações fiscais de lançamento de débito nº 19 a 23/2007), relativo aos processos DNPM nºs 971.134/2006, 971.135/2006, 971.136/2006, 971.137/2006 e 971.138/2006.

A Companhia apresentou suas defesas administrativas requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, o que não foi acatado pelo Superintendente do DNPM/BA, em dezembro de 2010, o qual sugeriu pela manutenção integral das NFLD's. Os valores atualizados das notificações montam em R\$ 67.857 em 31 de dezembro de 2011 (2010, R\$ 50.933).

As notificações não contemplam deduções de depósitos judiciais e de determinados recolhimentos efetuados pela Companhia ao longo dos anos citados.

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerando parte prescricional do período notificado, a Companhia tem prognóstico de êxito parcial na esfera judicial e efetuou provisão para cobrir eventuais perdas no montante de R\$ 5.732 (2010, R\$ 6.424), valores que ainda serão debatidos na via judicial.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, momento em que a Companhia poderá ser solicitada a depositar judicialmente os valores envolvidos.

Crédito prêmio do IPI

A Companhia propôs ação judicial nº 00.0060209/4 contra a União em 1987, a qual tramou na 5ª Vara de Justiça Federal da Bahia, cujo objeto referiu-se ao Crédito Prêmio do IPI, nos termos do Decreto Lei nº 491/69 e Decreto nº 64.833/69, relativo aos incentivos decorrentes das exportações realizadas no período de 01/01/1982 a 30/04/1985.

A referida ação judicial obteve decisão favorável, transitada em julgado em 6/10/1995, cuja determinação garantiu à Companhia o direito à compensação dos créditos existentes e condenou a União ao pagamento da verba honorária de sucumbência.

Diante da decisão transitada em julgado, a Companhia requereu a homologação dos créditos através do Processo Administrativo nº 13501.000019/2002-27, os quais foram compensados com débitos de diversos tributos federais.

A Delegacia da Receita Federal de Camaçari emitiu em 11/01/2006 a intimação nº 0032/2006 exigindo que a Companhia comprovasse a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, sob pena de não homologar as compensações requeridas. Em 10/02/2006, a Companhia contestou as exigências da Intimação nº 0032/2006.

Por meio do Despacho Decisão DRF/COISAORT nº 24/2007, a Delegacia da Receita Federal de Camaçari decidiu pela não homologação dos créditos compensados, exigindo a cobrança dos tributos na ordem de R\$ 65.908.

Por este motivo, a Companhia interps recurso voluntário nº 155.658 perante o Conselho de Contribuintes, o qual teve o provimento negado. A Companhia interps recurso especial protocolado em 09/12/2010, o qual se encontra em fase de julgamento, sendo a perspectiva de êxito remota na esfera administrativa.

Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, quando a probabilidade de êxito, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, é provável, pois o direito à compensação dos créditos é líquido e certo, conforme determinação judicial já transitada em julgado.

O valor do suposto débito atualizado corresponde a R\$ 80.527 (2010, R\$ 72.143), para o qual não foi constituída provisão, tendo em vista o prognóstico de êxito já mencionado.

20 SALDOS E TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS E PARTES RELACIONADAS

	TRANSAÇÕES		SALDOS		Juros sobre o capital próprio
	Arrendamento	Receita de vendas	Ativo circulante	Passivo circulante	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Acionistas					
Fundação José Carvalho	-	-	-	-	10.574
Controladas					
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	840	-	-	86	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	625	-
Reflora e outros	96	-	-	21	-
Parte relacionada					
Marubeni Corporation	-	69.833	6.992	-	-
Total em 31 de dezembro de 2011	1.296	69.833	6.992	711	10.574
Total em 31 de dezembro de 2010	1.296	56.722	535	604	10.676

(a) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.
 (b) Receita por venda de ligas (FeSi75%) vinculada no exterior.
 (c) Como incentivo a projetos sociais, a Companhia firmou Convênio de Cooperação Educacional com a Fundação José Carvalho, cujo objetivo é o de custear as despesas incorridas no processo educativo da Escola Maria Carvalho, Escola Denise Carvalho e Escola Márcio Seno. Este convênio teve como vigência 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, o valor máximo estabelecido de contribuição foi de R\$ 1.980.
 (d) Contas a receber por venda de ligas (FeSi75%) vinculada no exterior e contas a receber de controlada, sob o qual não há incidência de encargos financeiros.
 (e) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2011 das controladas Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – Silbasa e Mineração Vale do Jacurici S.A.
 (f) Contas a pagar ao projeto Florestal Pontes I.
 (g) Juros sobre o capital próprio proposto pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de novembro de 2011 e dividendos complementares ao encerramento do exercício, ainda não aprovados pelo Conselho de Administração no valor de R\$ 602 (2010, R\$ 1.601), os quais estão registrados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

Garantias e avisos

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/ de partes relacionadas.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 - Capital social
 O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 772.971 (2010, R\$ 706.132) e está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias, das quais 40 mil estão em tesouraria, e 58.880 mil ações preferenciais são assim distribuídas:

Acionistas	31/12/2011		31/12/2010	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	29.078.696	15.378.200	29.078.696	15.160.000
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA	100	4.135.000	100	7.371.400
Norges Bank	-	4.410.000	-	3.532.900
VBI Exclusivo Ações Fundo Inv.	-	6.307.100	-	2.650.000
Ações em tesouraria	40.000	-	40.000	-
Outros (free float)	321.204	28.649.700	321.204	30.165.700
Total	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 aprovou o aumento do capital, sem modificação do número de ações, no montante de R\$ 66.839, totalmente proveniente da reserva de lucros para investimentos.

As reservas de capital oriundas de isenção/redução do imposto de renda e reserva de reinvestimento nos montantes de R\$ 9.181 e R\$ 614, respectivamente, foram capitalizadas em 2009.

21.2 - Ações em Tesouraria

O objetivo da aquisição dessas ações refere-se ao reembolso dos acionistas dissidentes e estão representadas por 40 mil ações ordinárias. O custo médio de aquisição foi de R\$ 0,06 por ação. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em Bolsa de Valores de São Paulo, encontra-se apresentado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade de ações em tesouraria	40.000	40.000
Cotação por ação na BM&F Bovespa - R\$	10,50	13,00

21.3 - Direito das ações

As ações ordinárias só poderão pertencer a brasileiros ou pessoas jurídicas com a totalidade do capital social pertencente a brasileiros. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

21.4 - Reservas

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

b) Reserva de lucros (incentivo fiscal - imposto de renda)

A reserva de lucros relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Esta reserva contempla também valor de realização da subvenção (reinvestimento do imposto de renda).

c) Reserva para realização de investimento

Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia. O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2011, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido pelos Órgãos da Administração à Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2010 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011.

21.5 - Ajuste de avaliação patrimonial (ICPC 10)

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído ("deemed cost") aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente diverge do valor justo de realização destes ativos.

A definição dos custos atribuídos às terras da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por um profissional terceirizado especializado no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

A contrapartida do saldo foi o registrado no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes de R\$ 38.815, Controladora. A Companhia registrou também o efeito reflexo do ajuste do custo atribuído às terras das controladas em 1º de janeiro de 2009, em contrapartida do investimento, efeito esse eliminado na consolidação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre reavaliações de ativos remanescentes no balanço da Companhia em atendimento a prática contábil vigente foi registrado deduzindo-se do saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionada a provisão diferida dos impostos no passivo. A realização dos impostos será efetuada mediante a realização dos ativos, por venda destes ativos.

21.6 - Dividendo adicional proposto

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante a aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto à sua distribuição.

21.7 - Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuída aos acionistas a título de remuneração do capital investido em cada exercício social. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e pelo Estatuto Social da Companhia.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	2011
(=) Lucro líquido do exercício	

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custos dos produtos vendidos	(521.783)	(498.671)	(520.724)	(497.586)
Despesas com vendas	(11.813)	(10.021)	(11.813)	(10.021)
Despesas gerais e administrativas	(30.149)	(24.336)	(30.485)	(24.623)
Honorários dos administradores	(11.841)	(9.843)	(11.864)	(9.885)
Participação nos lucros (empregados)	(8.074)	(11.292)	(8.074)	(11.292)
Outras líquidas	(10.496)	(12.518)	(10.687)	(12.015)
Total	(594.156)	(566.681)	(593.647)	(565.422)

24 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	42.067	37.695	46.613	41.079
Varição cambial	(2.854)	321	(2.854)	321
Outras receitas	4.008	617	4.114	733
Subtotal	43.221	38.633	47.873	42.133
Despesas financeiras				
Juros sobre adiantamento de contrato de câmbio	(254)	(663)	(254)	(663)
Juros pagos ou incorridos	(253)	(4.512)	(260)	(4.512)
Atualização provisão para fechamento das minas (a)	(567)	(1.135)	(567)	(1.135)
Outras	(45)	19	(82)	15
Subtotal	(1.119)	(6.291)	(1.163)	(6.295)
Total	42.102	32.342	46.710	35.838

(a) Ver nota explicativa nº 18.

25 SEGMENTOS OPERACIONAIS

Critério de identificação de segmentos operacionais
A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração (representada pelo Diretor Presidente) gerencia o negócio e com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 08 – Informação por segmento). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:
a) Segmento de ligas de cromo: envolve as operações de ferro ligas de cromo alto e baixo carbono para abastecimento do mercado siderúrgico nacional e internacional;
b) Segmento de silício: envolve as operações de ferro ligas de silício 75% especial que abastece substancialmente o mercado externo e o silício 75% standard e especial que abastece o mercado nacional de siderurgia.

Informações consolidadas dos segmentos operacionais:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2011)			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos / corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	318.327	104.756	38.546	461.629
Mercado externo	36.544	143.865	296	180.705
Total	354.871	248.621	38.842	642.334
Varição do valor justo dos ativos biológicos	2.192	11.448	-	13.640
Custo dos produtos vendidos	(285.773)	(200.212)	(34.739)	(520.724)
Lucro bruto	71.290	59.857	4.103	135.250
Despesas operacionais	(42.152)	(29.532)	(1.239)	(72.923)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	29.138	30.325	2.864	62.327
Vendas de produtos (toneladas)				
Mercado interno	119.659	38.353	616	158.628
Mercado externo	11.879	46.471	-	58.350
Total	131.538	84.824	616	216.974

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2010)			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos / corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	364.001	97.150	45.044	506.195
Mercado externo	24.686	141.851	326	166.863
Total	388.687	239.001	45.370	673.058
Varição do valor justo dos ativos biológicos	1.900	15.363	1.057	18.320
Custo dos produtos vendidos	(280.486)	(181.434)	(34.609)	(497.586)
Lucro bruto	110.101	72.930	11.818	193.792
Despesas operacionais	(39.203)	(23.950)	(4.683)	(67.836)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	70.898	48.980	7.135	125.956
Vendas de produtos (toneladas)				
Mercado interno	130.262	37.671	207	168.140
Mercado externo	9.410	52.476	-	61.886
Total	139.672	90.147	207	230.026

O saldo na coluna outros segmentos/corporativo envolve substancialmente receitas e despesas da mineração e despesas da unidade corporativa não rateadas aos demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

26 PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o resultado do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão deduzidos:
• Até 10% para distribuição aos empregados, a critério da Diretoria Executiva e obedecidas as normas estabelecidas pela Companhia sobre o assunto, e;
• Até 10% do saldo resultante para gratificação aos administradores.
A Companhia possui Acordo de Participação nos Lucros/Resultados assinado com uma comissão, eleita pelos funcionários, e integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria, que estabelece critérios e metas de desempenhos individuais e coletivos, as quais são utilizadas para fins de mensuração dos valores a serem pagos aos funcionários.
No exercício de 2011, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados no montante de R\$ 12.751 (2010, R\$ 15.431), sendo R\$ 8.074 (2010, R\$ 11.292) relativos aos empregados. Parcela dos administradores ver nota explicativa nº 28.

27 PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia implantou plano de previdência complementar, atendendo a uma antiga reivindicação dos funcionários e que integra o programa de responsabilidade social empresarial, prevista no art. 29 do Estatuto Social.
Este plano de previdência complementar foi instituído a partir de contrato firmado com a BRASILPREV Seguros e Previdência S/A, relativo ao plano de contribuição definida, o qual está dividido em três categorias:
• Os participantes do grupo 1 responderão por 50% (cinquenta por cento) do valor relativo à contribuição mensal total, limitada a 8% (oito por cento) do valor do seu salário. A Companhia responderá por 50% (cinquenta por cento) do valor da contribuição mensal total, relativo a cada participante, e a parcela que exceder os 8% (oito por cento) do salário do participante do grupo 1. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, até 31 de dezembro de 2006, idade inferior a 55 anos.
• As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 2 serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará uma única contribuição em forma de aporte em 31 de janeiro de 2009. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, em 31 de dezembro de 2006, idade igual ou superior a 55 anos.
• As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 3 serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará contribuições mensais ao plano. Estão classificados neste grupo os funcionários que tenham idade igual ou superior a 55 anos e que optaram pelo plano após 31 de dezembro de 2006.
Em 23 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu com o aporte único à contribuição referente aos participantes do Grupo 2 no montante de R\$ 15.136, realizando a provisão já existente até aquela data, a qual montava R\$ 6.564. O desembolso com as contribuições, em 31 de dezembro de 2011, dos Grupos 1 e 3 correspondeu a R\$ 2.663 (2010, R\$ 2.872).
Este plano de benefício vem atender a necessidade de adequar a Companhia às melhores práticas de administração de pessoal e foi registrado de acordo com os procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 37/12/2008.

28 HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários	4.777	4.182	4.798	4.219
Encargos sociais	1.651	1.439	1.653	1.443
Benefícios (a)	736	83	736	84
Participação nos lucros (b)	4.677	4.139	4.677	4.139
Total	11.841	9.843	11.864	9.885

(a) Inclui: previdência privada, seguro executivo e assistência médica/odontológica.

(b) Ver nota explicativa nº 26.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

29 COMPROMISSOS

Obrigações por arrendamentos operacionais
A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual.
O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2011 a abril de 2012 totaliza R\$ 108 por mês.
A despesa com arrendamento no exercício totalizou R\$ 1.296 (2010, R\$ 1.296).
A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros	
Pedro Barbosa de Deus Presidente	Aluisio Marins Vice-Presidente
Adelmo José Melgaço	Mario Odiniz Nacif
Jose Eduardo Cabral de Carvalho	Mauro Fernando Maria Arruda
Geraldo de Oliveira Lopes	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com a legislação vigente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, acompanhados das correspondentes notas explicativas. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Salvador-BA, 05 de março de 2012.

Armando Bento Chagas
Gestão Lamartine de Paula Fonseca
Susana Hanna Stiphan Jabra

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo de Oliveira Lopes Diretor Presidente e de Relações C/ Investidores	Sérgio Curvelo Dória Diretor Comercial
José Ronaldo Sobrinho Diretor de Mineração	Victor Vieira Rodrigues Diretor Financeiro
Giorgio Boscaini Diretor de Engenharia	José dos Santos Viana Diretor de Recursos Florestais
Oseias da Rocha Fiau Diretor Industrial	Marta Teixeira Barroso Fernandes Diretora Administrativa
Arnaldo Pereira Anastácio Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 61263/O-0 -T - BA	

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Gestão de risco de capital
A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 21.
A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.
A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis
Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco
O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.
A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.
Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.
Contas bancárias e aplicações financeiras que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Administração.

Risco de concentração do contas a receber
A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox e Marubeny Corporation, que representam cerca de 43% (2010, 46%) e 38% (2010, 34%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo respectivamente. Qualquer problema de liquidez destes clientes ou redução na demanda de ferro ligas FeCrAC e FeSi75% causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Gerenciamento do risco de liquidez
A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
A tabela abaixo indica as linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez:

	31/12/2011	31/12/2010
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	310.933	295.000

Risco de taxa de câmbio
A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes, adiantamentos de contratos de câmbio e de câmbio para exportação); consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, as transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representam 23,03% (2010, 20,63%), Controladora e consolidado, do total das vendas no exercício e suas vendas para o mercado interno são efetuadas com base no preço das commodities de ligas de cromo e ferro silício. Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, os quais podem gerar ganhos ou perdas durante o exercício.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
A Companhia possui ativos (contas a receber) atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio de 2012, o cenário II (possível) considera uma valorização do real em 25% frente ao dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do real sobre a moeda estrangeira.

	Saldo em 31/12/2011		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa	R\$ ganho/(perda)	Taxa	R\$ ganho/(perda)	Taxa	R\$ ganho/(perda)
Contas a receber	6.982	13.097	1,9	169	1,43	(3.113)	0,95	(6.464)
ACC	(7.413)	(13.906)	1,9	(179)	1,43	3.305	0,95	6.864

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de taxa de juros
Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 4 e 5, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

Análise de Sensibilidade de variação nas taxas de juros
Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31/12/2011, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2012. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

	Taxa fechamento	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2011 (a.a.)	Provável	redução 25%	redução 50%
Taxa básica de juros – SELIC	11,00%	9,72%	7,29%	4,86%
Saldo aplicações financeiras (consolidado)	342.935	376.268	367.934	359.602
Efeito líquido no resultado	-	33.333	(8.334)	(16.666)

Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	31/12/2011	
	Controladora	Consolidado
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	193.717	193.717
Aplicações financeiras	110.091	110.091
Contas a receber	86.707	86.707
Depósitos judiciais	2.435	2.435
Passivo		
Fornecedores	33.439	33.439
Dividendos/JSCP	21.763	21.763
Financiamento – ACC	13.906	13.906

	31/12/2010	
	Controladora	Consolidado
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	228.895	228.895
Aplicações financeiras	116.785	116.785
Contas a receber	111.478	111.478
Depósitos judiciais	4.511	4.511
Passivo		
Fornecedores	40.787	40.787